



Um olhar Freireano sobre o currículo no Ensino Fundamental

A Freirean look at the curriculum in Elementary School

Ana Paula Ramos dos Santos⁽¹⁾; Débora Jackeline da Silva⁽²⁾

Página | 223

⁽¹⁾Estudante; Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Maceió; Alagoas; ana.ramos@cedu.ufal.br;

⁽²⁾Estudante; Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Maceió; Alagoas; deborajackeline22@gmail.com.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 30 de dezembro de 2018; Aceito em: 31 de janeiro de 2019; publicado em 25 de 01 de 2019. Copyright© Autor, 2019.

RESUMO: O presente trabalho promove a reflexão sobre a ação curricular em nossos sistema de ensino, especificamente no ensino fundamental, nas escolas públicas brasileiras, diante do cenário atual ao qual o sistema de ensino está inserido, cujas condições de trabalho adequada para o docente estão comprometidas diante da desvalorização social e econômica do profissional em educação que desestimula e compromete o seu fazer pedagógico, pela ausência de estrutura física adequada e de recursos pedagógicos nas escolas, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho didático, são alguns fatores importantes que refletem no baixo desempenho da educação básica em nosso país, no qual permanecemos em déficit para com a sociedade, no quesito educação de qualidade. Compreendendo o currículo como um documento de identidade da educação, presente no sistema de ensino, na escola e na ação docente, propomos uma breve análise do currículo proposto para a educação básica brasileira. Para isso realizamos uma pesquisa referenciada em estudiosos do currículo, como: J. Gimeno Sacristán, Tomás Tadeu da Silva, Vera Candau, pertencentes a uma concepção pedagógica dialógica e libertadora, que permite um diálogo com o pensamento Freireano para a educação, com o objetivo de compreender os reflexos da ação curricular na prática docente e no perfil dos educandos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica, Ensino, Currículo.

ABSTRACT: The present work promotes reflection on curricular action in our education system, specifically in elementary education, in the Brazilian public schools, given the current scenario to which the education system is inserted, whose working conditions for the teacher are compromised before the social and economic devaluation of the professional in education that discourages and compromises their pedagogical performance, due to the lack of adequate physical structure and pedagogical resources in schools, which hampers the development of didactic work, are some important factors that reflect the poor performance of education in our country, where we remain in deficit with society, in the area of quality education. Understanding the curriculum as an identity document of education, present in the teaching system, in the school and in the teaching activity, we propose a brief analysis of the curriculum proposed for Brazilian basic education. In order to do this, we perform a research referenced in scholars of the curriculum, such as: J. Gimeno Sacristán, Tomás Tadeu da Silva, Vera Candau, belonging to a dialogical and liberating pedagogical conception that allows a dialogue with Freirean thought for education, with the objective to understand the reflexes of the curricular action in the teaching practice and in the profile of the students.

KEYWORDS: Basic Education, Teaching, Curriculum.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a atual performance da educação brasileira, percebemos o quanto necessitamos avançar na busca de uma educação que permita à grande maioria da população brasileira o acesso a uma formação ampla, integral e processual, permitindo o pleno desenvolvimento das possibilidades humanas, num espaço escolar dialógico e acolhedor. Neste sentido, o currículo pode atender as demandas e necessidades do contexto escolar, à medida que esta, a escola, se organiza como instituição social, sendo também um produto da ação do professor, juntamente com a participação dos demais atores escolares, ligada a atividade pedagógica em si. Nesta concepção, Moreira e Candau (2007) definem currículo como:

Um conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais. (MOREIRA; CANDAU, 2007).

A autora afirma que o currículo constrói identidades, reflete o social, está presente na cultura pertencente a pessoas e a grupos sociais diversos, através da circulação de saberes e conhecimentos, permitindo o consumo de significados presentes nas relações pessoais e coletivas da sociedade.

Silva (1999) aponta-nos uma importante contribuição quando afirma que o currículo não pode ser conceituado, sendo um documento de identidade, socialmente construído e em constante movimento. Ao analisar algumas concepções relativas ao mesmo, concebe que:

O currículo como planejamento, como determinação consciente e intencionada do que vai ensinar, para que seja garantido o que será aprendido, o currículo como guia para que o docente possa seguir, o currículo como método de ensino, como forma de promover a aprendizagem, o currículo como garantia de validade, de legitimação do comprometimento da escola com seus objetivos. (SILVA, 1999).

Percebemos nesta visão do autor o que Freire afirma em sua pedagogia do oprimido:

Não é de estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres de adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhe são feitos, tanto menos devolverão em si a consciência crítica de que lhe resultaria a sua

inserção no mundo como transformadores dele. Como sujeitos. (FREIRE, 1987, p. 60).

Verificamos diante das proposições dos autores que, a ação curricular pode ser utilizada como instrumento de controle para uma sociedade, na manutenção dos seus sistemas políticos, econômicos e sociais, como bem nos aponta FREIRE (Id: Ibidem):

Na verdade, o que pretendem os opressores “é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime”², e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor os dominem. (FREIRE, 1987, p. 60).

Sacristán (1991), aponta cinco concepções para o currículo, capazes de proporcionar análises mais profundas. Abordaremos nesse contexto apenas a primeira concepção: *O currículo como ponte entre a sociedade e a escola em sua função social*. A escola como instituição viva da sociedade, não está alheia ao que acontece em seu entorno, de forma que do meio social ela sofre a influência e também influencia.

O currículo na escola envolve todos os agentes escolares, os técnicos, os professores, os alunos, todos de alguma forma se movimentam sob suas diretrizes, muito além do conteúdo que ele apresenta, sendo desenvolvido em sala de aula pelo professor, cuja ação pedagógica facilitará ou não o processo de aprendizagem pelos alunos, portanto, o currículo torna-se um componente efetivo de transformação educativa, podendo também ser apenas mais um instrumento de reprodução dos conteúdos, não suprimindo de forma eficaz as demandas educacionais necessárias para a formação do indivíduo, por estar distanciado da realidade histórica e social do mesmo.

Um currículo assim definido, reproduz o que está posto, não conseguindo cumprir com sua função orgânica de vitalidade, transformação e evolução da educação, dentro e fora do espaço escolar. O currículo é um órgão vivo e fundamental para a escola.

Como ponte será preciso avaliar seu poder de transformação e de valorização presente nas concepções pertencentes ao mesmo, podemos interrogar: até onde esse currículo dialoga ou comunica-se com o real da sociedade, até onde ele interfere nas necessidades intelectuais de seus educandos? Será que esse currículo ajuda a promover discursões, e aproxima os agentes escolares para o diálogo? Tem força de envolvimento para provocar reflexões? Tem domínio para promover nos sujeitos o pensamento crítico, construtivo, de autoafirmação individual e social, como patrimônio pessoal e coletivo necessário à autonomia de cada cidadão?

Será necessário a análise do currículo, em suas concepções, percepções, proposições, práticas pedagógicas, meios e modos de expressão existentes em torno de si, como forma de entender a cultura e a socialização que ele permite desenvolver entre a escola e sociedade.

O currículo torna-se um reflexo das funções sociais definidoras das relações de classes, que se estabelecem dentro da relação e divisão de poder. Enfocamos que o currículo precisa estar aberto a intervenções, que permitam a construção do conhecimento com flexibilidade, no qual a escola possa promover revisão e análise, visando o alcance dos objetivos por ela propostos.

Vivemos um momento e em um contextos atual em que o sistema educacional vigente no nosso país, que vinha nos últimos anos na tentativa de se efetivar um currículo oficial dialógico, na perspectiva da formação humana emancipatória, entendendo que necessário se faz pensar o currículo em uma dimensão político-epistemológica tecido nas redes, no cotidiano da escola, percebendo que justiça global não é possível sem justiça social.

A perspectiva do currículo como ciência crítica é essencialmente a de um *currículo-formação*, voltado para a consciência crítica, para a emancipação e humanização do homem, esta perspectiva vem sofrendo um processo de retrocesso, quando se tem na prática cotidiana das escolas do país, uma nova proposta curricular atrelada a Base Nacional Comum curricular, que traz no seu bojo uma perspectiva de currículo domesticador, importado, nos quais os pacotes prontos, permanecem engessados, autoritário e manipulador.

REFLEXÃO TEÓRICA

A referente consulta bibliográfica aponta para a análise da ação política do currículo, no qual a prática curricular está fundamentada teoricamente num sistema, que incorpora diversas ações dentro de sua prática pedagógica, onde os elementos constituintes do mesmo, são representados por diversos tipos de ações políticas presentes no cotidiano escolar, fundamentados em teorias e concepções que tentam mascarar as realidades no cotidiano das escolas, não permitindo que a escola possa de fato cumprir a sua função social que segundo Gomez e Perez (2000):

A função educativa da escola, portanto, imersa na tensão dialética entre reprodução e mudança, oferece uma contribuição complicada, mas específica: utilizar o conhecimento, também social e historicamente construído e condicionado, como ferramenta de análise para compreender, para além das aparências superficiais do status quo real – assumido como natural pela ideologia dominante – o verdadeiro sentido das influências de socialização e os mecanismos explícitos ou disfarçados que se utilizam para sua interiorização pelas novas gerações. (GOMES, A. I. PÉREZ, 2000).

Nessa análise, são considerados diversos contextos que influenciam nesta prática cotidiana, um desses contextos. O espaço político, que estabelece os níveis de relações entre os atores escolares, estabelecendo os limites que norteiam essas relações, reproduzindo as relações de poder e as hierarquias presentes na sociedade. A escola reflete no seu currículo, na maioria das vezes de forma oculta, não explicitada, essas relações, mantendo os isolamentos entre grupos de professores, gestores, corpo técnico e estudantes, através de regras de comportamento e de ações, definidas como uma consequência da vida social que acontece no entorno escolar.

Essa prática política não permite a articulação, nem o engajamento dos atores escolares, proporciona o medo, limita as ações destes sujeitos, à medida que o isola dentro das atividades que lhe são comuns, necessário se faz que a escola descubra sua real função, buscando espaços de emancipação política, lutando contra o isolacionismo e a fragmentação das ações e práticas pedagógicas, superando o naturalismo e a banalidade das ações que desumanizam as práticas pedagógicas.

O contexto analisado referente à ação política do currículo no seio da escola, vai refletir em um outro denominado por Sacristán (1991) de contexto histórico escolar. O currículo nessa análise sofre a interferência da reprodução histórica do que foi vivenciado pelos atores escolares, em especial os professores, em sua própria formação profissional cujo desenvolvimento dos conceitos e das concepções pedagógicas, podem estar presentes na ação educativa atual, podendo não ser considerado a formação cultural do aluno na prática pedagógica desenvolvida pelos docentes, dificultando o processo de aprendizagem destes, pois, o histórico cultural dos educandos reflete fortemente na vivência escolar.

A ausência do reconhecimento dos saberes pertencentes aos alunos, possibilita o surgimento de rupturas no processo educação-ensino-aprendizagem, constantes no currículo apresentado, neutralizando suas perspectivas, tornando-o inoperante, frente a realidade do social, econômico, político e cultural dos educandos.

É na sala de aula que esses contextos irão se apresentar. À medida que as ações pedagógicas são desenvolvidas, o currículo vai se definindo, necessitando ser analisado,

avaliado, comparado e se preciso for, sofrer interferências, visando a obtenção dos objetivos planejados. Esta etapa é importante, mas, frequentemente não acontece, pois não há interesses que este currículo sofra interferências, para atender as reais necessidades formativas dos educandos, que envolvem o desenvolvimento da criticidade, da autonomia, a construção do conhecimento, através de uma vivência dialógica e democrática dentro do espaço escolar.

Observamos que os sistemas de ensino na atualidade o desenvolvimento de um currículo sem integração, sem valorização do humano, sem o reconhecimento dos saberes individuais e coletivos dos estudantes. O currículo assim construído, certamente contribuirá muito pouco para o exercício do direito subjetivo do cidadão que é a educação. Ao contrário, o currículo poderá transformar-se numa ferramenta de exclusão e de eliminação, servindo a um modelo educacional baseado na divisão de classes, onde a educação está direcionada para o atendimento dos interesses da classe social dominante, naturalmente definidas pelo próprio Estado, em atendimento as demandas do poder econômico, que entendeu que a escola é uma agência de controle social.

Compreendemos então que o currículo reflete o patrimônio cultural desenvolvido pela escola, recebe a marca pessoal de professores através da formação e do conceito de profissionalização destes, reunido em componentes diversos, entre pedagógicos, políticos, sociais, atendendo aos interesses do Estado.

O currículo é um componente constituinte da instituição escolar, que na sua execução reflete toda a estrutura desenvolvida pela escola, incluindo formação profissional, gestão administrativa e pedagógica, práticas e metodologias de ensino, recursos materiais e valorização docente, são algumas das inter-relações que são desenvolvidas dentro da prática curricular, que por sua vez estão relacionadas aos sistemas sociais, que prevalecem no controle da educação, privilegiando a hierarquia social dominante.

Diante da perda da qualidade do sistema educacional, recai sobre o currículo a responsabilidade pelos baixos índices de aprendizagem, pelos insucessos da formação educacional do indivíduo. Como proposta, surgem as renovações curriculares na tentativa de avanços significativos em busca dos objetivos a serem alcançados. Devemos observar que o currículo sozinho não tem essa função. Desenvolver inovações pedagógicas e metodológicas não funcionam dentro de um sistema educacional arcaico.

O currículo necessita se aproximar de um diálogo interdisciplinar, que seja ponte de ampliação do conhecimento, através da comunicação entre as diversas disciplinas, onde a interação dos conceitos, interfiram na prática escolar cotidiana em que o currículo

não seja meramente distribuído para ser executado de forma fragmentada e isolada, mas, que esse currículo comunique e dialogue dentro das possibilidades de ação dos atores escolares envolvidos.

Todo processo de ensino-aprendizagem perpassa pelo currículo, porém é impossível manter uma teoria definitiva sobre o currículo, mas ao mesmo tempo não devemos descuidar de alcançá-la. Segundo Sacristán (1991) o currículo cumpre uma função socializadora na escola, sendo uma ferramenta que promove e permite diversos usos e práticas no ambiente escolar, sendo, portanto, seu planejamento e desenvolvimento, processos cruciais para referência na busca pela melhoria e qualificação do sistema educacional.

O currículo não deve estar à margem do contexto social que envolve seus atores, precisa ser flexível e interdependente, precisa ser diverso, sem ser necessariamente multidisciplinar, mas também interdisciplinar, para que sua prática não reflita a “caixinha de surpresa”, a qual dentro de uma caixa maior terá sempre uma caixa menor, que apesar de estarem embutidas, não se relacionam nem se comunicam, seus conteúdos não são acessados, nem são compartilhados durante o processo de abertura e descoberta de cada caixa.

Continuamos nossa reflexão em torno da temática, buscando em Freire a base fundamental da ação pedagógica enquanto compromisso profissional do educador:

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de “distanciar-se” dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se. (FREIRE, 1979, p. 17).

Neste contexto, as atividades escolares propostas no cotidiano das salas de aula, na atual conjuntura, estão distanciadas das situações e demandas reais dos sujeitos educandos que possuem conhecimentos e saberes prévios, adquiridos nas suas relações e convivências sociais. No entanto, ainda se percebe uma perspectiva ideológica da classe dominante que interfere de forma direta nas ações pedagógicas e na prática docente, definindo e criando metodologias que vem como mecanismos explícitos ou, muitas vezes disfarçados, para a manutenção do “status quo” vigente, sendo na maioria das vezes percebido como natural, mas que de fato, aponta para a precarização do trabalho docente e para a perspectiva do currículo mínimo, redutor, para os filhos das classes trabalhadoras. A exemplo do que está proposto na atual BNCC, a reforma do ensino médio, a lei da escola sem partido, ou Lei da Mordada.

Diante do exposto, necessário se faz que a escola repense sua ação didática, na mediação entre o currículo e o desenvolvimento da escolaridade, observando que a ação de ensinar e de aprender precisam serem redirecionadas, na perspectiva da *dodiscência*, que segundo Freire (2000):

Ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar, é ação pela qual um sujeito criador, dá forma, estilo ou alma, a um corpo indeciso e acomodado. (FREIRE, 2000).

Para tanto, faz-se necessário que a ação docente seja modificada nas suas rotinas, visando a obtenção dos resultados desejados. As tarefas expressam o estilo do professor, compondo o acervo de práticas e vivências pessoais, onde na maioria das vezes o professor sente dificuldade em inovar, em alterar as posturas rotineiras, diante da possibilidade de uma insegurança, que toda inovação provoca, constituindo essa resistência, uma das bases para a continuidade de práticas pedagógicas ultrapassadas e a reprodução de métodos inadequados para os contextos atuais, na forma de ensinar. Freire (1987) afirma que:

Os homens são seres de práxis. São seres do que fazer, diferentes, por isto mesmo, dos animais, seres do puro fazer. Os animais não admiram o mundo. Imergem nele. Os homens pelo contrário, como seres do que fazer “emergem” dele e, objetivando-o podem conhecê-lo e transformá-lo com seu trabalho. (FREIRE, 1987, p. 121).

CONCLUSÃO

As atividades didáticas, devem se transformar em ricos momentos de socialização entre alunos e professores em uma verdadeira *dodiscência*, ou seja, na troca de saberes, experiências e vivências pessoais e coletivas, nas quais o professor fortalece sua ação pedagógica e interage com maior segurança no contexto da “*ensinagem*” através do uso do controle e da sistematização que os recursos didáticos das tarefas promovem no ambiente em sala de aula, compreendendo que a sala de aula é um espaço orgânico, dinâmico, instável em um verdadeiro “*continuum*”, sendo necessário uma concepção progressista do currículo, numa multidisciplinaridade interagindo com a interdisciplinaridade, dialogando com os saberes adquiridos dentro e fora do espaço escolar, possibilitando a construção da criticidade no estudante, de forma processual e significativa, capaz de colaborar com uma formação ampla integradora e libertária dos educandos, permitindo que as leituras de mundo sejam realizadas, de forma dialógica,

colaborando para as necessárias construções e transformações sociais, que se fazem urgentes no seio da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

1. CANDAU, Vera Maria. MOREIRA, Antonio Flávio; *Multiculturalismo Diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2007.
2. FREIRE, Paulo; *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
3. FREIRE, Paulo; *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000
4. FREIRE, Paulo; *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
5. GOMES, A. PEREZ, I. *Compreender e Transformar o Ensino*. Porto Alegre: Artemed, 2000.
6. SACRISTÁN, J. Gimeno; *Currículo, uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 1991.
7. SILVA, Tomaz Tadeu da; *Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.